ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPC – DE 15 DE AGOSTO DE 2022

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e dois, deu início, em segunda chamada, a **18ª Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Política Cultural de Bragança Paulista. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: **Poder Público –** Vanessa Nogueira da Silva, André Luiz Azzi, Tiago Cerqueira Vidiri, Luciano Brocheta e Kátia Maria da Rocha Pereira. **Sociedade Civil** – Jeison de Lima Domingues, Débora Gonçalves Leme, Eduardo Eugênio Salaroli K. Filho, Caiane Duarte Furlan, Silvana Cardoso de Almeida, Irmei Menezes, de Liz, Hector Mazzini Dubard e Mario Bonfim. **Convidados –** Ana Lucia Pereira A reunião foi conduzida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Jeison de Lima Domingues, que iniciou apresentando as pautas do dia: Lei de Incentivo à Cultura, LOA – Lei Orçamentária Anual, Lei Paulo Gustavo, Gestão Compartilhada Centro Cultural Teatro Carlos Gomes, Reformulação do Regimento Interno, Eventos e Ações Culturais Particulares, Lei de Processos Administrativos, Comunicação CMPC, Prestadores de Serviços e Funcionários Representantes do Poder Público e Civil do CMPC, Conferência Municipal de Cultura, Programação da Secretaria de Cultura e Calendário Cristão. Informa que fará a leitura das justificativas da última reunião ordinária, para que sejam aprovadas ou reprovadas, que a primeira justificativa é da Diretoria de Ensino da Região de Bragança Paulista, sendo a titular Cátia Maria da Rocha Pereira: "por estar em período de férias não me encontrava na cidade e não havia tempo hábil para o retorno", pede que quem for a favor para permanecer como está e se alguém for contra que levante a mão, Silvana diz que na última reunião ficou certo que iria marcar as faltas de cada cadeira para começar a olhar, que quer saber quem mais teve faltas em cada cadeira para saber nas próximas reuniões para trocar as cadeiras à disposição, Jeison diz que a justificativa, pelo regimento interno, pode acontecer até 48 horas após a reunião, que não faz sentido fazer isso, que faz a devolutiva da justificativa, Silvana pergunta se é na próxima reunião, Jeison diz que dessa reunião vai ser lido na próxima reunião, Jeison diz que a questão da justificativa é o conselho aprovar a justificativa ou não, que isso acontece na próxima reunião, Ana Luiza diz que não foi enviado para o conselho as justificativas, que seria lido antes e aprovado, Jeison diz que está fazendo a leitura justamente para isso, que se quiser pode parar de ler e faz isso na próxima reunião, mandando as justificativas dessa e da reunião anterior, Silvana diz que não tem quórum para fazer as duas coisas, que seria mais fácil marcar as faltas de cada um para apurar mais consciente para ter quórum nas próximas reuniões, Jeison diz que com relação as faltas o que o regimento interno prevê é que seja lida as justificativas, que isso pode ser feito, que marcar as faltas cada conselheiro pode ficar à vontade para marcar, Ana Luiza diz que elas entraram depois e o pessoal da Arte Urbana também, que tem a secretaria executiva do conselho, que a secretaria executiva é responsável por organizar toda a papelada para não ficar só para o presidente, que se

tiver interesse de fazer parte da secretaria que em algum momento poderia ver isso, Ana Luiza diz que ficou de construir esses critérios, como será feito, que está começando a fazer agora, quais justificativas vai aceitar e quais não, que se receber antes a justificativa já pode ir construindo os critérios para aprovar ou não, Jeison diz que a questão dos critérios precisa ser reformulada e colocar dentro do regimento interno, mas as justificativas estão aqui para ser lidas, que se não querem que seja lido passará para a próxima reunião, que pode colocar as justificativas das duas reuniões na próxima reunião, que faz a leitura das duas e envia com 48 horas antes sem nenhum problema, Vanessa diz que ela tirou uma dúvida, para seguir lendo, Jeison diz que Ana Luiza disse que não foi enviado com 48 horas de antecedência, que fará a leitura de todas as justificativas na próxima reunião, Jeison diz que a leitura das justificativas dessa reunião será feita na próxima reunião, que as justificativas que estava lendo é referente a 17ª reunião ordinária, a reunião do dia 18 de julho. Jeison passa para a primeira pauta sobre a Lei de Incentivo à Cultura, diz que vai passar a palavra para a secretária Vanessa falar, Ana Luiza diz que não olhou o e-mail e não sabe se recebeu correspondência, Jeison diz que recebeu no particular de cada um, Ana Luiza diz que teve a questão da LOA, que as pessoas mandaram as propostas, pergunta o que foi recebido, quais e-mails recebeu desde a última reunião, Jeison pergunta se é o e-mail do CMPC, se é o e-mail sobre o edital de Cultura Urbana, Ana Luiza pergunta das propostas das pessoas, Jeison diz que as propostas foram encaminhadas diretamente ao e-mail da Secretaria de Cultura, que a Secretaria de Cultura iria mandar para o Finanças para fazer uma análise e fazer a devolutiva hoje, que a devolutiva das propostas será na pauta da LOA, Ana Luiza pergunta se não foi enviado para o conselho, se foi enviado para a Secretaria, Jeison diz que sim, que todas as propostas eram para a Secretaria, que o André colocou no grupo que o e-mail de propostas tinha que ser enviado para a Secretaria de Cultura, que eles receberam, que foi feita uma análise junto a Finanças e a devolutiva será feita hoje durante a pauta da LOA, que a primeira pauta é a Lei de Incentivo, que teve o e-mail do edital, que está acontecendo o edital de Cultura Urbana, pergunta a secretária se quer dizer alguma coisa, que o edital teve a participação do conselho, que ajudou como jurado das obras de arte, que o dinheiro não está saindo do fundo do conselho, mas é a questão da cadeira dela, questão de Artes Visuais, Vanessa diz que com relação aos e-mails, que foram recebidos, tanto o e-mail da LOA quanto o e-mail da questão do pagamento, pergunta quem foi que reclamou, Ana Luiza diz que não vai dizer quem foi, Vanessa diz que é só para saber porque todo mundo já tinha recebido, que tem duas pessoas que não receberam até agora, que também não vai dizer o nome para não ter problema, que uma terminou depois e está previsto o pagamento para o dia 19 e um que não terminou, que só pode pagar depois que a pessoa finaliza, que o restante foram todos pagos, que precisaria saber por qual motivo, que as vezes vai para a Secretaria de Finanças, para a contabilidade, pode faltar número ou não bater assinatura, pode ser que tenha ido e voltado algumas vezes, mas até onde tem conhecimento todos já receberam exceto duas, uma porque terminou depois dos demais, e outra porque não terminou, Ana Luiza diz que na verdade quando mandou o Whats não tinha sido feito o pagamento, que depois fez o

questionamento e ficou sabendo que foi feito o pagamento por eles, que fez o questionamento e não teve resposta, Vanessa diz que esse último que está para ser pago que entrou com a documentação certinha do pagamento está programado para a Secretaria de Contabilidade pagar dia 19, que pode acontecer alguma coisa no meio do caminho, mas dentro do sistema a programação está para o dia 19, que tem um que não finalizou e nem iniciou ainda, que normalmente a prefeitura paga vinte e oito dias depois que executou a obra ou entregou o que precisava, Ana Luiza diz que a informação que ele tinha passado era de quinze dias depois e estava fazendo quase um mês e não tinha recebido, que depois que mandou a pergunta, respondeu que foi pago dia dez, Vanessa diz que foi pago dia dez, que geralmente é vinte e oito dias após, que tenta correr para antecipar, mas normalmente é vinte e oito dias, Jeison diz que estão justificados os e-mails, que todos estão sabendo, que a primeira pauta do dia é a Lei de Incentivo à Cultura, que vai abrir para a secretária falar e depois abre para sugestões, perguntas ou encaminhamentos sobre a lei que algum conselheiro possa ter, Vanessa inicia dizendo que sobre a Lei de Incentivo à Cultura já foi falado na última reunião ordinária, que ficou de fazer algumas correções e apontamentos que Ana Luiza trouxe e também foi de acordo com os demais conselheiros, que voltou para a Secretaria do Jurídico e eles aceitaram, que falou com o prefeito que também aceitou, que já foi incluída na lei, que mandou para o conselho para darem a última olhada e para passar hoje para aprovação, para que possa mandar para a Câmara Municipal e ser aprovado pela Câmara, que tem três vereadores que também solicitaram a lei, antecipadamente, antes de mandar para a Câmara, que agora está no aguardo dos conselheiros e pergunta se alguém tem algum apontamento, que se for possível finalizar isso hoje será encaminhado na próxima semana para a Câmara Municipal para dar o trâmite e para que possa empenhar esse dinheiro esse ano e não deixe de utilizado, visto que a lei já faz um tempo que está para ser reformulada e passou, foi e voltou, que os conselheiros mais do que ninguém sabem o quanto é importante isso ser aprovado, que agora é questão de tempo, que o tempo está favorável a todos para que possa empenhar ainda esse ano, que se não for possível passará a usar no próximo ano que já foi alterado na LOA, mas fala na próxima pauta, que não é cumulativo, que a lei de incentivo está em seiscentos mil reais, que ano que vem está previsto para ir para setecentos depois que o prefeito aprovar, pergunta se alguém tem algum apontamento da lei, Caiane diz que tem algumas dúvidas em alguns pontos, mas acha que é só correção, que na lei fala em domicílio que deveria ser residência, que tem uma diferença, que domiciliado fica aberto para outras pessoas que não moram em Bragança, Vanessa pede para colocar como apontamento e entregue depois, Caiane diz que o segmento é Livro, Literatura e Leitura, que está Literatura e Leitura e está excluindo o Livro, Vanessa pergunta se o segmento não foi copiado da cadeira, Jeison diz que não porque a cadeira é Livro, Literatura e Leitura, Vanessa confirma a correção para acrescentar Livro, Caiane diz que sobre a posição do material permanente está dizendo que tem que devolver para a prefeitura o material permanente que for adquirido, pergunta se é isso mesmo, Vanessa confirma, pergunta se é o livro, Caiane pergunta se é qualquer tipo de material, diz que no texto impede a locação de bem móvel, que não se pode comprar

uma lente, mas também não pode alugar e se tiver não pode alugar para alguém no seu projeto, que achou que ficou muito fechado, Vanessa pede para ela fazer esse apontamento para encaminhar, Caiane diz que tem locação sobre equipamentos, diz que desde que não seja o proponente ou algum sócio do proponente, que a parte para livro é inviável, que proíbe recepção e festa e geralmente se inclui o lançamento do livro nos custos, que no texto está proibindo a aquisição de festa, coquetel, recepção e cofeebreak, que geralmente livro entra como custo e no texto está proibindo, que poderia fazer uma exceção do segmento, Vanessa diz que vai encaminhar para o jurídico analisar, que poderia colocar isso em contrapartida se fosse o caso, Caiane diz que inviabiliza, Vanessa pergunta se alguém tem algum apontamento a respeito, Ana Luiza diz que não entendeu, que achou que tinha mandado a Lei de Incentivo antes e na última reunião iria fazer os apontamentos, que sugeriu na última reunião que fosse dado um prazo maior para fazer, que foi negado, que seria aquele momento, que fez as duas sugestões, que se soubesse que teria mais um prazo para isso talvez tivesse outros apontamentos para fazer, Vanessa diz que concorda, pergunta se alguém tem mais algum apontamento, ninguém responde, Vanessa diz que o que é questão textual, no caso de domicílio ou residência, não vai interferir no texto, se vai copiar a linha que é a mesma coisa que está dentro da Lei de Incentivo, da Lei 807, que não vê problema, que o que está vendo problema é que precisa mandar para o jurídico a questão do coquetel, que fica para o conselho deliberar, se segue a lei dessa forma para a Câmera e depois tenta alterar lá na frente ou se vai para o jurídico e volta para o conselho e serão dois meses nisso, que fica para os conselheiros deliberarem o que preferem, Jeison pergunta se pode deliberar com alteração e ir assim para o jurídico e se o jurídico falar não retorna para o conselho, se o jurídico aprovar está aprovado pelo conselho, Vanessa diz vai dar na mesma, que prefere voltar para o conselho de qualquer forma, Caiane diz que é uma sugestão dessa parte do coquetel e da locação, Jeison diz que vale a sugestão se vai atrapalhar a cadeira, Vanessa diz que poderia ter sugerido na última reunião, Caiane diz que geralmente o dinheiro do projeto engloba o lançamento, mas pode enviar como sugestão, Ana Luiza diz que teria outras sugestões para fazer, que achou que somente iria ver a redação do texto da última sugestão, Vanessa diz que já tinha mandado há um tempo, Ana Luiza diz que se for abrir de novo que seja dado mais prazo, Vanessa diz que então outros conselheiros possam fazer outras sugestões, que a pressa é de todos, mas é uma lei que depois para mudar é difícil, que a lei é de 1993, que se demorou até agora que demore mais um pouco, que fica a critério do conselho, que a Câmara demora mais, que no jurídico entra na fila deles e demora no mínimo quinze dias, Débora sugere fazer uma reunião extraordinária para (não entendi), Ana Luiza diz que não se importa de dar mais prazo, que a única coisa é que precisa ver o tramite com o jurídico, que eles analisaram rapidamente, Vanessa diz que a última o jurídico nem analisou, que disse que esse era um apontamento que deveria ser visto com a gestão, que se a gestão falar que não tem problema já há jurisprudência a respeito, que então foi direto no prefeito e foi mais rápido, Jeison diz que se abrir prazo vai mais uma sessão, que se for feita uma extraordinária a Lei de Incentivo precisa de quórum mínimo, que tem visto que as reuniões extraordinárias

não tem dado quórum mínimo, que pode perder mais uma, que pode votar pela aprovação e depois faz as sugestões inclusive para as mudanças dessa lei pós aprovação, que acha que isso é válido no momento, que se alguém tiver mais alguma sugestão que acha importante dar o andamento nela agora para não ficar com o recurso preso ou perder o recurso para esse ano, que deve fazer o uso do recurso, que a Lei de Incentivo é uma das coisas em que a fiscalização é feita pelo CMPC, que depois faz os apontamentos, depois se a lei e os editais estiverem rodando, mas não estiver bom, com um tempo maior consegue fazer outros apontamentos e definir os rumos da lei, até para as mudanças dela, para um anexo ou para alguma outra coisa que tenha para fazer depois, Vanessa diz que é para lembrar que é uma lei, Jeison diz que é como toda mudança de lei, que a lei do conselho inclusive diz que pode acrescentar, Vanessa diz que é favorável que aprove hoje para ganhar tempo, que essa é sua opinião se tiver que votar em alguma coisa, que só lembrando que é lei, que não é decreto municipal, Jeison diz que querendo ou não, as leis depois se precisar fazer uma alteração daqui um ano, cinco anos ou dez anos é possível fazer a alteração, Vanessa diz que vai fazer igual agora, que se estuda a lei e manda para a Câmara e a Câmera aprova, Jeison diz que será com mais tempo, que consegue aprovar a lei do jeito que ela está hoje para não perder a verba e talvez no ano que vem consiga alterar, se não conseguir é essa lei que está ai, pergunta ao conselho quem é a favor da aprovação da lei no formato que ela está, pede que levante a mão, em seguida pergunta se tem alguém contra, Jeison diz que por unanimidade está aprovada a Lei de Incentivo à Cultura pelo Conselho de Cultura no formato que ela está, que ela pode ser enviada para a Câmara para aprovação dos vereadores da cidade. Jeison passa para a próxima pauta sobre LOA – Lei Orçamentária Anual, abre a palavra à secretária Vanessa para que ela fale os pontos, cite o que foi recebido sobre as propostas dos conselheiros, Vanessa inicia dizendo que recebeu três propostas, da Débora da cadeira de Música, Ana Luiza de Artes Gráficas e Visuais e Tais de Religiosidade, Ana Luiza diz que achou que os conselheiros teriam acesso às propostas e que iria conversar com o conselho sobre as propostas antes de encaminhar, Vanessa diz que é o que será feito agora, Ana Luiza diz que os conselheiros não tiveram acesso antes, Jeison diz que o que ficou combinado na última reunião para o conselho fazer era encaminhar diretamente à secretaria, que isso que foi feito, que em momento nenhum foi falado que seria passado aos conselheiros e depois de uma conversa dos conselheiros será encaminhado á secretaria, que o que ficou definido é que seria encaminhadas as propostas à Secretaria de Cultura, Vanessa diz que isso será discutido exatamente agora, que a hora é essa mesmo, pergunta aos que mandaram propostas se pode imprimir para entregar aos demais, ou então vai falar, que vai imprimir e cada um recebe a proposta e vai ler, Vanessa pede para imprimir os e-mails, Vanessa diz que na hora que for conversar sobre o assunto os conselheiros vão ver que tem muitas coisas que já estão dentro das linhas, que o conselho está reunido para construir juntos, que se precisar pode ir e voltar, Vanessa diz que essa LOA foi feita em duas etapas, que a Secretaria de Finanças entregou hoje para o conselho discutir para saber se o que o conselho tinha planejado estava dentro, que o conselho finalizando isso vai para a

secretaria amanhã, que até sexta-feira eles terão reunião com o gabinete para o prefeito ver o que corta e o que não corta, que por exemplo, hoje, incluindo o que veio de proposta e mais coisas que tem de planejamento para fazer foi para trinta e três milhões cento e oitenta e dois mil, o orçamento da secretaria, Débora diz que isso estava chamando a sua atenção, que esse valor tirando o que é DADE, Vanessa diz que não, que está com DADE, Débora pergunta se tirando isso fica quanto, Vanessa diz que pode verificar, que tem DADE e também tem Lei Aldir Blanc que é fonte cinco, que agora vem a cada ano, que o valor total, quando conversou no começo do ano, que estava em dezenove através do PPA e que falou para manter o que está em 2022, que era vinte e um, mas para a Câmara Municipal já foi vinte e três e agora está em trinta e três, que tem coisas que vai precisar mexer, que muita do que está aqui já está praticamente todo contemplado a não ser a linha da Tais que vai ter que ser colocado em discussão no conselho, mas da Débora e da Ana Luiza sim com relação a valores estão aqui, que teve uma dúvida no da Ana Luiza com relação a difusão, pergunta se Ana Luiza quer que abra uma linha de difusão ou se inclui nas linhas que já tem, que é produção e difusão, que produção já tem, que difusão específico não tem, que nas justificativas é contemplada em outras linhas, também como em outras secretarias como educação e Semads, que essa foi uma das dúvidas que teve, que na maioria das situações é muito do edital, que isso vai para uma outra discussão e está trabalhando hoje com valor orçamentário e os editais são necessários mesmo, que é o caminho que a administração tem que estar tomando, Vanessa lembra que a Lei Aldir Blanc tem três anos consecutivos, que a partir de 2023 já vem um milhão se baseando na última, um milhão cento e sessenta e quatro, que não sabe se terá correção ou não, que 2023, 2024 e 2025, contando a Lei Aldir Blanc e mais a nossa Lei de Incentivo à Cultura que é fonte 1, vai ter em editais dois milhões, coisa que não tem nesse ano, por exemplo, em 2022, Ana Luiza pergunta se a Lei Paulo Gustavo é um milhão e quatrocentos, Vanessa diz que só para esse ano, Ana Luiza diz que a LAB é três anos, 2023, 2024 e 2025, pergunta se esse ano não terá LAB 2, Vanessa diz que esse ano não, Jeison diz que a lei não prevê 2022, no corpo da lei prevê que a Paulo Gustavo venha emergencial e a Aldir Blanc dê continuidade a esses trabalhos, tanto a Aldir Blanc 1, quanto a Paulo Gustavo, que a Aldir Blanc pode ter uma correção muito grande, que pode aumentar o valor que vem para Bragança, porque a Lei Aldir Blanc, para fazer parte dela, uma das coisas que não está pedindo na Paulo Gustavo é que faça parte do Sistema Nacional de Cultura, que Bragança faz, que um dos membros do Sistema Nacional de Cultura é o conselho está aqui hoje, é esta acontecendo as reuniões do conselho, ter um sistema municipal, ter um conselho ativo e ter um fundo de cultura, que essas coisas garantem o acesso ao fundo nacional, que as cidades que não fazem parte tem a chance esse final de ano para fazer parte para receber a parte delas, que as cidades que não se interessarem o montante volta e é redistribuído entre as cidades que fazem parte e pela Aldir Blanc 1 percebe que teve muita cidade no pais que não tem um sistema de cultura, que não faz parte do Sistema Nacional de Cultura, que todo esse dinheiro é arrecadado de volta e redistribuído entre as cidades, que há uma chance de essa verba de um milhão cento e sessenta e quatro mil de Bragança ter um acréscimo, Ana Luiza

pergunta se essa verba de um milhão cento e sessenta e quatro mil é anual, Jeison diz que são cinco anos, Vanessa diz que são três, Jeison diz que na lei está prevendo cinco, Vanessa diz que para ela chegou três, diz que essa lei não parará mais, que será tipo um Fundeb, que agora que já foi aprovado ela será um fundo e não para mais, que vai ter a 3, a 4, a 5, Jeison diz que já era a previsão dela, tanto que esse valor que saiu para a Aldir Blanc 1 foi retirado do Fundo Nacional de Cultura, que ele estava esquecido por conta de que o Ministério da Cultura foi extinto, o Fundo Nacional de Cultura estava extinto e quando eles montaram a Aldir Blanc 1 a questão era da onde sairia o gasto e não tinha, que então acharam dentro do Fundo Nacional de Cultura, que se não se engana, um porcento do imposto nacional tem que ir para esse fundo pela lei do Sistema Nacional de Cultura, que na Lei Aldir Blanc não foi utilizado, que veio de uma outra fonte e continuou esses três milhões lá, que é o dinheiro que está fazendo a Paulo Gustavo, que já que esse dinheiro não foi utilizado na Aldir Blanc, eles pegaram e juntaram com uma verba da Ancine e estão fazendo a Paulo Gustavo, mas é previsto no Sistema Nacional de Cultura que todas as cidades que fazem parte do sistema recebam por ano um subsidio para a cultura da cidade, no município e nos estados, que os estados também recebem separado, que cada estado recebe a sua parte e cada cidade recebe a sua parte, Vanessa diz que está acontecendo fóruns diariamente para falar das duas leis, mas mais específico da Lei Paulo Gustavo, pergunta se está em pauta, Jeison confirma e diz que a Paulo Gustavo corre esse ano, que na Paulo Gustavo, tudo o que não foi empenhado até o final do ano é devolvido, que a Paulo Gustavo tem que ter um esforço a mais porque o dinheiro precisa ser gasto, empenhado até o final do ano, que se ele não for empenhado até o final do ano ele volta para o estado e o estado tem um tempo para lançar edital, que se o estado não utilizou volta para o federal, Débora diz que procurou fórum, mas achou só dois e não foi sobre a lei mas explicando como foi conseguido a verba, Jeison diz que acha que agora que vai começar a pipocar mais, que se não está enganado a lei diz que em setembro a verba chega no município, que sempre que chega mais perto da verba chegar ao município, os municípios começam a se articular, porque a verba chegando pode dar destino, que antes dela chegar não pode lançar um edital, que geralmente um mês antes, se for baseado na Aldir Blanc 1, que o parâmetro que tem é ela, que um mês antes dessa verba chegar começam dos conselhos, começam as cidades a propor esses fóruns e propor essas conversas para saber qual o rumo que tem que tomar e aí começam a pipocar os fóruns no mês de agosto e começo de setembro, a verba chega e consegue dar destino, que na Aldir Blanc a verba chegou em outubro e foi pago no último dia de dezembro, que encerrou a lei no limite, que foi 27 ou 28 de dezembro, que lembra que foi todo mundo pago, que da chegada do dinheiro ao lançamento dos editais, inscrição, verificação e pagamento tem que dar uma acelerada no passo, Vanessa diz que inclusive vence o edital, que o chamamento é anual, que estava para vencer em outubro dos pareceristas e abriu de novo, pede se podem estar divulgando, que da outra vez tiveram quinhentos pareceristas cadastrados, todos de fora, Débora pergunta se é de fora da cidade, Jeison diz que pode ser da cidade também dependendo do edital que for julgar, Vanessa diz que faz o cadastro dos pareceristas agora, que pega a lista dos

pareceristas e tem uma pontuação, que vem para o conselho para o conselho escolher os pareceristas, que quem escolhe são os conselheiros, que o que aconteceu da outra vez é que teve uma demanda muito grande, que foi escolhido os oito primeiros com relação a pontuação, que o sétimo ligou dizendo que não podia e então foi baixando, mas todos passam pelo conselho, que tem pareceristas que é mais abrangente e consegue falar de vários editais e tem alguns que são mais específicos, que por isso passa pelo conselho também, que está evitando algumas reuniões extraordinárias, mas tem certeza absoluta que vai precisar no decorrer do ano para poder trabalhar com essa lei, Jeison diz que na Aldir Blanc 1 foram usados oito pareceristas, cinco para os editais de projetos e três para os editais de trajetória que era uma premiação por trajetória, que o mais próximo que tinha era um parecerista da Bahia e do Rio de Janeiro, que era o mais próximo que tinha de Bragança, Vanessa diz que uma falha do último edital foi que o valor era mil e quinhentos por parecerista e todos eles reclamaram que em todas as cidades o valor era maior para poder estar analisando, Ana Luiza pergunta se era por projeto analisado, Vanessa responde que era geral, Jeison diz que mandava o pacote de projetos, que quem deu esse valor na época foi o Ivan, que o Ivan é parecerista nacional, que ele deu esse valor, que ele disse que ganhava por cidade mais ou menos mil e quinhentos reais, Ana Luiza pergunta quantos projetos cada um avaliou, Jeison diz que foram todos, que cada parecerista avaliou todos os cento e oito projetos, que foram cento e oito projetos e trajetória foram cinquenta e seis, Vanessa diz que é feita a média de quem ganha através de todos os pareceristas, que cada um tem um olhar, mas todos analisam todos os projetos, lembrando que na Aldir Blanc a maioria das pessoas não sabia nem o que era projeto, que foram caminhando, aperfeiçoando, amadurecendo, que acredita que vai ter muitos projetos apesar de ser muito com relação a audiovisual, que mais de setenta porcento da Lei Paulo Gustavo vem para suprir a audiovisual até porque o dinheiro está vindo da Ancine, que esse ano foi dobrado o valor, que será três mil reais que o parecerista vai receber para não ficar sem parecerista no meio do Brasil inteiro, que por isso foi dobrado o valor, Ana Luiza pergunta se é três mil, mas não sabe a quantidade de projetos, Jeison diz que não sabe a quantidade de projetos, Vanessa diz que escolhe o parecerista por pontuação e se ele negar já vai atrás do outro, que não foi por segmento, Ana Luiza pergunta se tem uma média, Jeison diz que depende da cidade, Ana Luiza diz que é para ter uma noção de quantos pareceristas são necessários, Vanessa diz que na hora de abrir o edital ia ser discutido, Jeison diz que pensa sempre em número ímpar, pelo menos três por projeto para não ter empate, que na Aldir eram bastantes projetos e tinham muitos critérios de desempate, que inclusive teve muito projeto que empatou, foi pedido cinco, que cada um julgava todos os projetos, que pegou além da maior pontuação eles tinham que ter um arco de avaliação muito grande, que não podia mandar todos os projetos para o cara que avaliasse só música, que precisava avaliar pelo menos música e dança, que foram escolhidos os que tinham uma gama de avaliação maior, Ana Luiza pergunta sobre a pontuação quem coloca e verifica, se é a secretaria, Jeison diz que é currículo, que por exemplo, doutorado vale dez pontos, mestrado vale cinco pontos, que não tem como ter uma pontuação subjetiva, que é

diferente de projeto, que o cara que esta lendo e analisando tem uma pontuação mais subjetiva, que a pontuação de parecerista é algo mais rígido, que é questão de currículo, que se um parecerista avaliou de cinco a dez projetos ganha mais dez pontos, que se avaliou só um projeto tem só cinco pontos, que se avaliou acima de trinta projetos tem mais pontos, Vanessa diz que está no edital, Jeison diz que a avaliação de parecerista é um questão muito mais lógica e técnica do que a avaliação de um projeto que é mais subjetivo, Vanessa diz que a Lei de Incentivo à Cultura vai trabalhar no mesmo caminho com relação a premiação, que vai para parecerista, que vai ser mais democrático porque não vai ter ninguém de Bragança analisando, ou pode até ser que tenha, se tiver algum parecerista cadastrado e o conselho indicar o parecerista, Jeison diz que é uma questão de currículo, que se julga que um cara que tem um currículo tão bom vai ser imparcial com o projeto, que é uma questão de currículo, Ana Luiza pergunta se o edital de parecerista está aberto, Vanessa responde que sim, André diz que foi publicado quinta-feira, Ana Luiza diz que a Lei de Incentivo deveria ter uma composição mais diversificada dos pareceristas, Vanessa diz que na hora que abrir o edital já faz isso, Ana Luiza diz sobre ter pareceristas mulheres e negros, Vanessa diz que está no edital, Jeison diz que (não entendi) que julgou teve só mulheres e LGBT, que na Aldir foi assim, mulheres e LGBT, Ana Luiza pergunta se nesse edital não tem isso, Jeison diz que na hora da escolha pode olhar isso porque tem uma foto do parecerista, que acha que vindo para o conselho o conselho pode ter isso na cabeça e fazer isso, Ana Luiza diz que acha que teria que retificar porque teria que ser uma regra bem clara para que todo mundo soubesse antecipadamente antes de enviar, Vanessa pergunta se é de ele conseguir mais pontos, Ana Luiza diz que é de ter alguma forma de classificação, que se pensar em oito pareceristas, pergunta como seria a composição, que pode ser por pontuação, André diz que é a pontuação do currículo dele, no que ele trabalhou, Vanessa diz que é para aumentar o ponto, que é como colocou na lei, que está aberto, as cópias são entregues, Vanessa inicia dizendo que o da Ana Luiza está explicando cada ponto que ela colocou, que se tem restauro e reforma tem a justificativa do porquê do restauro e da reforma e assim segue, que no final ela fez um resumo de tudo o que ela colocou na justificativa, que é restauro e reforma, um milhão, formação, trinta e quatro mil, formação e difusão que foi a da dúvida que teve na questão da difusão se era uma linha específica, se poderia diluir ela entre todas as outras ou se gostaria que abrisse uma específica, que pelo que entendeu ela está diluída nas outras e inclusive em outras secretarias, Ana Luiza diz que tem propostas que mesclam tanto a questão da formação, produção e difusão, para ficar mais fácil de entender fez dessa forma, mas na difusão o objetivo é só difusão então não teria mescla, mas o de formação e difusão teria a mescla desses dois e o de formação, produção e difusão dos três, que o de difusão, no seu entendimento teria só esse objetivo mesmo, que ele não entraria porque se não ele pegaria verba de outro objetivo, Vanessa diz que está assim: formação de um salão de artes visuais e gráficas, local a ser definido, amplo espaço aberto para exposição itinerante de artistas visuais e gráficos nacionais e internacionais, verificar espaços possíveis, Vanessa continua dizendo que hoje foi aberto o edital da concha acústica, que a concha acústica será um Centro de Cultura

Urbana, além de complexo turístico e esportivo, que seria um local para estar trabalhando dessa forma, que está contemplado na obra em si, que os demais seria editais, Ana Luiza pergunta se está aberto o edital, Vanessa diz que é uma licitação na verdade, que ficou em dez milhões e trinta vem de verba do DADE, sete milhões, e três milhões a prefeitura está entrando como contrapartida, Ana Luiza pergunta se é para construção, Vanessa confirma que é para o complexo, Ana Luiza pergunta se lá vai ser um centro aberto de cultura urbana, Vanessa confirma, diz que será esportivo e turístico também, Eduardo pergunta se esse projeto passou no conselho ou não, Vanessa diz que passou pelo conselho de turismo, André diz que a verba foi aprovada pelo COMTUR esse ano, que já foi aprovado, apresentado o projeto e esse ano, em tempo recorde já foi mandada a verba então já está aberta a licitação, Vanessa diz que não foi mandada a verba ainda, mas a licitação está aberta, Ana Luiza pergunta se não teria que passar pelo conselho, Vanessa diz que o que o conselho pediu através do plano era que tenha um espaço de cultura urbana, que está sendo contemplado ali com a verba do turismo, Jeison diz que a verba que vem para a construção dele é uma verba da DADETUR, que quem decide a verba da DADETUR é o conselho de Turismo, assim como o conselho de cultura decide o fundo e não outro conselho, que é uma questão de quem decide e de para onde vai a verba, Ana Luiza pergunta como será o projeto, se será aberto ou fechado, André explica que será um parque fechado que terá aumento da parte de skate, parkour, quadra society, pista de caminhada, tirolesa, que a parte embaixo da concha entra a parte da cultura urbana, com vestiários, área administrativa e um parque fechado ligado a essa área, Ana Luiza pergunta se será um salão fechado para exposição, Vanessa diz que é onde é a concha hoje, que será desfeita a cobertura, diz que irá encaminhar o projeto para o conselho, Eduardo pergunta se esses projetos são feitos dentro da prefeitura e eles mandam orçamentos ou são empresas terceirizadas, Vanessa diz que é contratada uma empresa de projetos para a prefeitura toda, que hoje está com sessenta projetos andando simultaneamente, que é um dos projetos feitos pela empresa, que não se lembra do nome da empresa, que vai mandar a matéria junto com o projeto para o conselho, que fica mais fácil de analisar, Ana Luiza pergunta se o projeto vai contemplar, Vanessa diz que deu um exemplo porque acredita que o projeto vai contemplar ali, mas para poder fazer a exposição ai vai ter que abrir com os editais, que acredita que seja o mais democrático para se fazer, que essa era uma das dúvidas que tinha, mas depois se quiser pode analisar linha a linha, como fez na hora que recebeu, que está contemplado dentro das linhas que já existem, que o que precisa fazer agora é usar a linha, que não adianta estar aqui, estar com o dinheiro e estar contemplado, que é uma das reinvindicações de vocês para poder fazer, que a maioria das coisas que entendeu aqui é o segundo passo, que se precisa de formação, por exemplo, que tem trezentos mil na linha e aqui está dizendo trinta e quatro mil para formação de público em artes visuais, cinco mil, que Ana Luiza justificou o porque dos trinta e quatro, mas nessa linha tem trezentos porque tem que trabalhar com todas as cadeiras, que por isso acredita que a justificativas ficam para um segundo momento, que se solicitou lá trinta e quatro mil, pergunta que hora isso vai ser usado, quando vai abrir esse edital, dentro de qual edital, se vai abrir na Aldir

Blanc ou na Lei de Cultura, ou no orçamento 1, que isso tem que trabalhar num segundo momento, mas a questão de valor para ir para a Câmara Municipal para aprovar e antes disso para o prefeito já está contemplado cem porcento do que Ana Luiza apontou, Ana Luiza diz que se não tem a da difusão seria interessante criar para não tirar verba de outra coisa, Vanessa diz que dá para fazer decreto, Ana Luiza pergunta sobre a questão de restauro da Igreja Santa Cruz dos Enforcados, Vanessa diz que leu, que ela é particular, Ana Luiza diz que fez um pedido de informação que depois vai pedir para o Jeison receber sobre essa situação, para saber se é um imóvel da prefeitura ou não, Vanessa diz que ela já tem um pedido da Dona Izilda e do Pai Bil, que existe esse pedido protocolado junto ao prefeito, que já existia uma intenção de compra antes disso, mas não era para fazer específico o objetivo do que foi pedido no dia, mas já alterou, tanto que a justificativa da compra dele é em cima do trabalho que a Dona Izilda entregou para ele, Ana Luiza pergunta se essa compra já está constando aqui, Vanessa diz que não porque primeiro tem que fazer a desapropriação do imóvel e depois brigar por questão de valor, que não esta comtemplado ainda porque ainda não tem nem noção do valor, que aconteceu a mesma coisa no preventório, que tem como incluir depois dentro da ficha, superavit, algo nesse sentido, Ana Luiza pergunta se seria desapropriação, Vanessa diz que não sabe como o gabinete vai trabalhar, que sabe que a maioria dos lugares que eles estão comprando eles fazem isso, desapropriam e depois pagam o valor, indenização, que não sabe se vale o valor venal de ambos os lados, que sabe que cada prédio que é comprado uma negociação é feita, mas não é feito pela Secretaria de Cultura, que é sempre feita pelo jurídico e pelo gabinete, Ana Luiza pergunta se nessa questão fica só a inclusão da difusão, Vanessa diz que colocou para abrir linha, Silvana diz que a proposta de Ana é de produção de revistas para quadrinhos entra numa parte de trabalhar em conjunto e interpretações artísticas o pessoal de artes pode colocar um painel com poesias do jeito que foi feito, que acha que casa também, que tem uma parte de fanzine, 6.12 evento e divulgação cultura e elaboração de fanzines, que acha que poderia trabalhar junto com literatura e o pessoal que escreve, Vanessa diz que divide cadeira mas uma cadeira conversa com a outra, que na cultura em si todas as cadeiras conversam, que o que precisa depois, em segundo plano é esses editais específicos, ai cada cadeira tem que falar o que tem que colocar, Ana Luiza diz que colocou nas observações que foi construído coletivamente com os artistas visuais e gráficos, que esse não é um trabalho só seu, que colocou esses valores mas que talvez esse valor seja pequeno para realizar, que colocou minimamente porque pode surgir de outras pastas, Vanessa diz que uma das coisas que Ana Luiza colocou é com relação a arte visual trazendo alguém e fora como Os Gêmeos, que quando cotou para vir o Cobra ele cobrou setecentos mil reais por uma arte, que Os Gêmeos é na mesma linha, que tem uma construção, que estamos indo por um caminho perfeito, mas vai ter que arrumar no meio do caminho, Ana Luiza diz que são sugestões concretas para serem realizadas, que é uma manifestação do segmento, como se fosse uma carta de intenção, que acha que tem muita coisa que dá para ser contemplada no edital da Paulo Gustavo e na Aldir Blanc, Vanessa diz do edital da Lei de Incentivo, que aquela fala que fez no início é válida, que tem dois milhões, que

estamos discutindo no LOA e no Orçamento Geral que fala de tudo, de obra, mas agora tem dois milhões que nunca tivemos a partir do próximo ano todos os anos, que é algo que precisa trabalhar muito em cima dos editais para todos serem contemplados o máximo possível, lembrando que é setecentos da fonte 1 do município e mais de um milhão e pouco do governo federal, que é da Aldir Blanc, que trata de fonte 5, que se alguém tiver dúvida, fonte 5 é dinheiro que vem do governo federal, número 2 do governo estadual e número 1 do município, Vanessa pergunta se tem mais algum apontamento da Ana Luiza ou da Débora, Eduardo diz que não sabe se é importante especificar que o restauro desses locais precisa de uma empresa específica nessa área, que acha que essas empresas deveriam ser contratadas para projetos de praças no centro da cidade, Ana Luiza fala da mudança da cidade, que gostaria de reiterar esse coro e dizer que também importa, que colocou esse valor de um milhão que é o valor que está na previsão da reforma da igreja do preventório, que não sabe se é na LOA ou no PPA, que colocou esse valor por isso, mas não sabe, que o imóvel nem é da prefeitura, Vanessa diz que o valor de um milhão para o preventório é só para a capela, que dá mais de onze milhões, Ana Luiza diz que não sabia que não era da prefeitura, que vai ser uma verba maior que um milhão, diz que tem a preocupação do comprometimento do imóvel, de não perder, de passar muito tempo e comprometer a estrutura, que está no plano municipal, Vanessa diz que o um milhão do preventório está na LDO, que na LOA não está, que saiu e entrou para a Secretaria de Obras, (conversa sobre os papeis entregues) Vanessa passa para a proposta da Tais, inicia dizendo que acredita que essa proposta será um pouco mais polêmica, Débora diz que no 10.11 de melhorias na infraestrutura tem um dinheiro da conta 5, que no LOA 2023, um milhão e cento e sessenta e quatro, o saldo está no fundo, Vanessa diz que tem fonte 2 e 5 dentro dessa linha, Débora diz que na fonte 5 o total está um milhão cento e sessenta e quatro, Vanessa diz que tem dinheiro a mais que está faltando, que isso não consta em 2023, que pode ver na primeira linha de 2022 que tem vários valores, que em 2023 não consta porque esses trezentos e setenta e cinco mil foi para a construção do CAT, que já foi prestado conta, o CAT já foi feito e inaugurado e ele não replica em 2023, que na hora que for fazer 2023 e 2024 ele não aparece mais, Vanessa pergunta se tem mais alguma dúvida, Jeison pergunta a Débora se tem apontamento, Débora diz que a única coisa que viu que não está lançado é o aumento da folha de pagamento, Vanessa diz que isso cabe a Secretaria Municipal de Administração, Jeison diz que existe um limite de contratação que o município pode fazer, Vanessa diz que abriu concurso, que agora vai começar a chamar alguns cargos, principalmente administrativo, que já solicitou também, mas tem alguns concursos específicos que não foram abertos, como monitoria, técnico de som, museólogo, que toda vez que é possível a secretaria reitera, que tem algumas coisas específicas que foi pedido, mas o que é básico, administrativo eles abriam, que está solicitando para ser chamado, que não cabe a Secretaria de Cultura, que essa linha específica vai passar para a secretaria da administração e a administração fala se vai gastar X em folha de pagamento com a secretaria e o administrativo aumenta ou diminui, Ana Luiza diz que com relação a isso tem uma certa preocupação porque vários concursos

foram aberto e nem um concurso teve cargo específico para a Secretaria de Cultura, Vanessa confirma, Vanessa diz que respondeu a tempo, Ana Luiza diz que a resposta foi que de acordo com as necessidades a secretaria vai pedindo, mas não sobre quais cargos que precisa e qual a demanda, que isso não foi respondido, que tem preocupação com isso porque tem bastante cargo em comissão e é uma das metas do Plano Municipal de Cultura estruturar a força de trabalho da secretaria, Vanessa diz que é uma das metas antigas, que por isso ela se encontra no plano, diz que isso é muito administrativo, que faz sua parte em solicitar e conforme for vindo a demanda do prefeito vai melhorando, que tem certeza que vai melhorar muito, até porque esse espaço é novíssimo, que está aprendendo a cada dia o que precisa e o que não precisa, que sabe e tem muitas ideias, mas para fazer a ideia girar vai precisar de muita gente para melhorar, pergunta se Débora ou Ana Luiza tem mais algum apontamento, diz que vai passar para o da Tais, diz que Tais fez diferente, que foi colocando a justificativa, que Tais é representante da cadeira de Religiosidade, que Tais é nova no grupo, que é a terceira reunião que participa, que conversou na hora que ela queria fazer, que ela pediu orientação de como fazer, que falou para ela colocar as ideias e mais ou menos o valor que o conselho iria discutir, que uma das coisas que sentiu falta foi contemplar outras religiões, que ficou a Marcha para Jesus e novembro da Bíblia, mas não é nada que não possa entrar em discussão e melhorar, que colocou na Marcha para Jesus quatrocentos mil, que o estado é laico, que existe duas formas de pensamento jurídico, um que vem vindo seguindo até hoje, que o poder público não pode colocar um valor específico para a Marcha para Jesus, mas São Paulo há dois anos tem feito isso, que precisa encaminhar isso para o jurídico, que vai deliberar na reunião se encaminha para o jurídico ou não, mas precisa encaminhar para o jurídico analisar se pode abrir uma linha específica, diferente do que falou para a Ana Luiza sobre a necessidade de abrir a linha de difusão, que a linha de difusão é muito global, mas essa linha é muito específica para um evento específico, que não significa que se o evento está no calendário oficial do município e que tenha uma lei, que esse dinheiro tenha que sair do poder público, que ele está em lei e está dentro de um calendário oficial mas não significa que o dinheiro para a realização do evento em si precisa sair do poder público, que também não está dizendo que não vai sair, que só esta explicando como que funciona, que para abrir uma linha específica para a Marcha para Jesus no valor de quatrocentos mil precisa encaminhar para o jurídico analisar, que conversou com a Secretaria de Finanças e foi feita a audiência pública, que na audiência pública também foi solicitado isso, a abertura de uma linha específica para a Marcha para Jesus, que precisa entender esses quatrocentos mil, pergunta de onde ele surgiu, se é para contratação de artista, para a contratação de trio elétrico, Tais diz que não entendeu o era para ser feito, Vanessa diz que não sabe se está ai, que dá um milhão oitocentos e cinquenta se somar todas as reivindicações, que um milhão oitocentos e cinquenta mil para a cadeira de Religiosidade, para um segmento, que essa foi sua maior preocupação, Tais diz que não tem conhecimento geral, Vanessa diz que não está dizendo que Tais está errada, que por isso deixou por último, para todas as cadeiras isso sirva de exemplo, que é o que a Ana Luiza falou, que entrou em contato e houve uma

conversa, que Tais não tem obrigação nenhuma de saber, que está aqui para construir junto, que deixou por último para poder explicar e entender que dentro da verba de evento tem um valor bem alto em cima do que é, que acha que está em um milhão e trezentos e agora dois milhões e oitocentos, primeiro porque mudou muito com relação a eventos, que depois do Festival de Inverno é uma outra realidade que pode apresentar dentro do mundo de eventos, que tudo subiu, segundo porque se acatou um conselho da Débora, que não era só da Débora, mas ela falou em uma reunião e tem em ata, a questão da contratação de artista de dentro e artistas de fora, que se está fazendo isso como política, que não está no papel, não está em lei, mas tudo o que contrata de fora contrata de dentro, que os eventos estão maiores, que a verba de eventos ficou englobada aqui, que não está dizendo que esses quatrocentos mil está aqui dentro porque depende do prefeito, depende de lei e depende do jurídico poder analisar isso, que sabe que terá uma Marcha para Jesus esse ano que os vereadores estão solicitando no gabinete, que querem que volte porque já teve duas ou três vezes e depois parou, mas precisa analisar principalmente com relação a valores, que quatrocentos mil para um dia de evento é algo bem significativo, que todos os shows do Festival de Inverno ficou em seiscentos e quinze mil reais, sem contar estrutura, só os shows, que foi trabalhado trinta dias e quatrocentos mil para um dia é algo que está alto, que gostaria de abrir a palavra aos conselheiros para saber qual o entendimento do conselho e se tem mais algum apontamento para que possa contemplar a cadeira de religiosidade, que ela se esforçou para poder fazer, que foi ela que apresentou, que nada impede que participe dos editais, que vai ser aberto diversos editais e no edital também pode ser contemplado, Eduardo diz que todas as religiões do município devem ser contempladas, que acha importante essas propostas, mas contemplar todas as religiões, Vanessa diz que quando disse que o estado é laico não significa que ausência e sim todas, que não cabe dizer que o estado é laico e não pode fazer, que o estado é laico e deve fazer para todas, Silvana diz que no dia de ação de graças a seis anos atrás foi feito na praça e contemplou todas as religiões, Vanessa diz que fazem todo ano um evento ecumênico, que foi feito até na pandemia, que fizeram dentro da igreja e esse ano fizeram fora no pergolado, mas não é feito pela secretaria, nunca foi feito pela prefeitura, que é a igreja católica que faz as reuniões, que convida os representantes de todas as igrejas, mas não é pela prefeitura, Caiane diz que a Aldir e a Paulo Gustavo não aceitam projetos ligados a religião, que o projeto foi desclassificado ano passado que era justamente da Marcha, Vanessa diz que precisa levar para o jurídico para aprofundar e fazer da melhor forma possível, Ana Luiza pergunta se tem como dar um prazo a mais para entrar em contato com as outras religiões para poder completar, Silvana diz que tem ideias como a Cantata de Natal que dá para ser ecumênico, que dá para ter apresentações do todas as religiões, que dá para fazer um trabalho conjunto e todo mundo participar, que tem semana gospel e poderia ser semana cristã, Vanessa diz que tem uma lei que tem semana gospel, que a paixão de Cristo era feita, mas não era pela prefeitura, Débora diz que tem uma coisa de cunho pessoal, exposição da maior bíblia escrita a mão, trinta mil reais, Vanessa diz que está tendo em Atibaia, alguém deve ter ido para Atibaia, Thais diz que gostaria de fazer em Bragança

também, Débora pergunta se é tudo isso, trinta mil reais, Ana Luiza pede para dar mais um prazo, Vanessa diz que vai solicitar um prazo não só para a cadeira de Religiosidade, mas para todas, pela boa vontade do que foi feito, que algumas pessoas não tinham noção do que fazer na LOA, que agora o conselho pode entender dos exemplos que vieram e do que tem que apresentar, que isso é riquíssimo e válido, que iria falar quinze dias, que pode falar para fazer na próxima reunião ordinária, mas por prazo de lei tem que mandar esse orçamento para o prefeito analisar se vai ficar nos trinta e três milhões ou não, que tem que ir para a Câmara, que o que pode estar fazendo é ver todas demandas, que a ficha de eventos está grande, que pode até fazer um decreto depois, que não tem problema nenhum trabalhar com decreto, mas o valor geral do montante da LOA precisa enviar, que a maioria das coisas que foram apresentadas pelas conselheiras dá para inserir em editais, que nem está falando de Aldir Blanc e Paulo Gustavo, mas nos editais em geral, se for trabalhar com formação dá para incluir na ficha de formação, que acha válido ter mais trinta dias, que acredita que as pessoas que tinham dúvidas conseguiram sanar as dúvidas ou entender como é a linha de trabalho, isso se o conselho quiser, Jeison diz que poderia encaminhar que as propostas venham no máximo até a próxima reunião, que a próxima reunião será dia 19, que as propostas cheguem até dia primeiro de setembro e a pedido da conselheira Ana Luiza e Débora para que sejam enviadas antes ou junto com a convocação, que como a ideia é mandar as atas uma semana antes, que vai explicar porque elas não vieram, que no final da reunião explica, para que consiga fazer isso com uma semana de antecedência, para marcar que elas sejam todas entregues até dez de setembro, para conseguir fazer o envio para todos os conselheiros antes da reunião, Jeison pergunta quem é a favor e pede para que levante o braço, Vanessa pergunta a Luciano quando é o último prazo da Câmara, Jeison pergunta quem é a favor de que seja prorrogado até dia dez de setembro para que as propostas venham, pede que levante a mão, Jeison informa que por unanimidade foi aprovado, que fica que todos os conselheiros podem enviar propostas baseados na Lei Orçamentária Anual, agora todos com a LOA em mãos, todos com as propostas dos outros conselheiros, pede que olhem se esta incluso, para ver se tem a linha e se quer reservar como a conselheira Ana Luiza fez, que coloque a justificativa como a conselheira Débora fez, como a conselheira Tais fez, que é muito legal que tenha esses contatos, Vanessa diz que vai encaminhar essa LOA e pergunta se todos estão de acordo, que está encaminhando para Finanças, Jeison diz para fazer uma coisa de cada vez, que vai fazer a votação dela, Ana Luiza diz não olhou essa LOA, que por mais que tem sido contemplado as suas propostas não teve tempo de olhar certinho, Vanessa diz que vai encaminhar para Finanças e as Finanças ainda vai encaminhar para o gabinete, que não significa que vai direto, que se o gabinete fizer um corte de cem porcento do que está aqui então terá que voltar para o conselho e falar que o gabinete cortou e vai precisar abrir uma extraordinária, que essas são sugestões que se está encaminhando, Jeison pergunta quem é a favor do encaminhamento para a Secretaria de Finanças dessa LOA que levante a mão, e seguida pede que quem é contra que levante a mão, apresenta que foram dezenove a favor, Ana Luiza diz que a LOA foi mandada hoje para o conselho,

Vanessa diz que não, que foi enviada faz tempo, Ana Luiza diz que esse documento foi hoje, Vanessa diz que esse documento foi hoje, mas a LOA já foi encaminhada faz tempo, Ana Luiza diz que é a LDO, Vanessa diz que essa ficha foi enviada para o conselho junto com a LDO do ano passado para o conselho analisar, que foi isso e a Lei de Incentivo à Cultura, que foi por e-mail, que os dois foram, que essa específica com esse valor específico, que houve alterações, que o Finanças lhe chamou hoje, que uma das coisas foi o um milhão do preventório, que a Secretaria de Obras vai contemplar, que como a secretaria tem obras e outras ações e está num valor mais alto do que o previsto, que esta foi hoje, Ana Luiza diz que está aprovando esta, Jeison confirma, Ana Luiza fala da diferença de verbas, Vanessa diz que entra nos editais, Ana Luiza diz que o ideal é receber isso antes, ter um tempo de tirar dúvida, que não está tendo esse tempo, Vanessa diz que é a mesma linha, que a única coisa é que mudou o valor, Ana Luiza pergunta se é a mesma linha da LDO, Vanessa diz que a LDO foi valor montante, que é a mesma linha da LOA de 2022, Ana Luiza diz que é confuso, Vanessa diz que isso é muito mais linha do que o que está aí, que é a mesma de 2022, que por isso que vem com uma barra 2022/2023, que são as mesmas linhas que estão contempladas de 2022, Jeison pede para encerrar a votação e pergunta quem vota contra, em seguida informa que teve duas abstenções, que foram dezenove a favor, duas abstenções e nenhum voto contra. Jeison diz que para dar continuidade na pauta vai apresentar um assunto muito importante e gostaria de dar algumas definições hoje, que é a Lei Paulo Gustavo, que essa não é a última vez que ela vai aparecer em pauta, que esta é a segunda vez e uma das primeiras que ela está aparecendo, que uma das coisas que o conselho precisa começar a pensar são os fóruns setoriais, pergunta se alguém trouxe alguma ideia de como realizar esses fóruns, pergunta se eles vão seguir o mesmo molde da Aldir Blanc, que se sim são as propostas que precisa conversar, como vai separar as cadeiras, que sabe que tem algumas cadeiras em que o fórum tem que ser único pela questão da cidade, que por exemplo a cadeira de música, tem muito músico no município, que não dá para fazer música e artes cênicas, pergunta quais cadeiras dá para fazer a mescla nos fóruns, pergunta se vai seguir o mesmo caminho, explica que na Aldir Blanc foi Artes Cênicas, Música, Artes Visuais foi junto com Audiovisual, pergunta como vai continuar fazendo isso, Vanessa diz que vai pedir para a Ana explicar, que foi ela quem fez a lei acontecer, Ana diz que o conselho de cultura, na época da Aldir Blanc, implantou esses fóruns setoriais como tem que ser, porque a representação da sociedade civil está aqui, que naquele momento os segmentos foram convocados a participar dos fóruns setoriais, que foram divididos por cadeiras, que as que têm mais representatividade foi feito fórum dedicado e outros fóruns foram juntados segmentos dependendo do tamanho da representatividade e como o conselho entendeu como prioritário naquele momento, que o representante da cadeira foi convocado para que estivesse presente para encabeçar o fórum, que o fórum foi on-line e ali foram discutidas possibilidades de demandas como uma consulta pública, que o segmento se manifestou e discutiu como é que achava mais prudente no sentido de embarcar os editais e as ideias para a elaboração dos editais do que foi solicitado na imprensa oficial, para que as pessoas participassem, que foi coletado tudo desses fóruns

setoriais, que o conselho teve um papel muito importante na Aldir Blanc, que participou ativamente, que defendeu editais e definiu valores de como isso iria atingir o maior número de pessoas, que as necessidades eram infinitas e o recurso era finito, que foi tentado, naquele momento, atingir o maior número de pessoas, que entendeu que o recurso não ia salvar ninguém, mas daria um fôlego e quanto mais pessoas atingisse seria melhor, que isso foi pedido nos fóruns, que o conselho define quantas cadeiras/segmentos vão participar de cada fórum, faz a convocação, chama as pessoas para o presencial, se for on-line define como vai fazer isso e as ideias são coletadas nessa discussão, com a sociedade civil, com o segmento, com as pessoas que participam e entendem a realidade do momento e entende qual a maior necessidade ali, que não dá para contemplar tudo, mas ali vai ouvir quem vive diariamente naquele segmento, quem vê a necessidade, a dificuldade e o que é mais viável para chegar num consenso, que nem tudo o que for falado vai conseguir contemplar, mas vai conseguir nortear o que precisa em matéria de edital, Vanessa diz que em 2020 foi feito toda segunda e quinta, que teve a cadeira de Artes Cênicas que foi sozinha, Música foi sozinha, Artes Visuais, Cultura Digital e Audiovisual foram juntas, Literatura ficou junto com Patrimônio Cultural, Artesanato junto com Economia da Cultura, Matriz Africana e Cultura Afro juntas, Cultura Urbana ficou sozinha, Diversidade Sexual e Gênero e Identidade Ética e Ensino Superior ficou junto, Cultura Popular e Religiosidade ficaram juntas e a audiência pública livre foi a última com todas as cadeiras e segmentos, que tiveram sete reuniões e a audiência pública, Jeison diz que na época os municípios vizinhos copiaram, que Mairiporã usou o esquema de Bragança e agenda sendo que tem cadeiras que tem no conselho de Bragança que não tem no conselho deles, que eles usaram no mesmo formato, que funcionou muito bem, Ana diz que é importante dizer que a Aldir Blanc de Bragança foi uma referência para os outros municípios, que Bragança ajudou muitos municípios, Vanessa diz que vai printar a tela do que esta lendo e vai mandar no grupo, Ana Luiza diz que antes o fórum foi distante por causa da pandemia, que agora poderia ver se seria presencial e onde seria, que se for presencial poderia descentralizar e fazer nos bairros, Jeison diz que as duas coisas são um pouco distintas, que os fóruns que precisam acontecer descentralizados são os fóruns territoriais em que vai abarcar todas as áreas de cultura daquele local, que se tirar um fórum daqui e levar para o Parque dos Estados só vai ter o público do Parque dos Estados, que não vai conseguir abarcar toda a Artes Cênicas, que vai abarcar as Artes Cênicas daquela região, que são dois fóruns planejados pelo Conselho de Cultura e eles são diferentes, que são setoriais de cada cadeira e os territoriais pelas localidades, que outra questão é que o on-line fortalece algumas coisas em alguns momentos, que prefere o presencial, mas nesse momento em que está precisando de uma certa velocidade para acontecer o on-line seria mais interessante, que a secretaria executiva tem que estar nos sete fóruns, que pessoalmente, disponibilizar tempo sete vezes, trocando de lugar, sair de casa e montar uma reunião presencial é diferente de se propor a sete dias estar on-line, que o último poderia ser uma audiência pública presencial, que nesse não seria uma cadeira ou segmento, mas do geral, que acredita que para iniciar o on-line seja mais potente do que o presencial, que se colocar um

fórum de Artes Cênicas no Parque dos Estados, que é o bairro que mora, se alguém faz algum tipo de dança no Morro Grande da Boa Vista, pergunta se ele se deslocaria para esse fórum, que se for on-line ele consegue, que o acesso dele é mais fácil e democrático, que para esse momento, o on-line é melhor, Jeison pergunta se alguém sabe fazer esse tipo de transmissão, ninguém responde, Jeison diz que esse é um problema que tem que pôr, Ana Luiza diz que é colocar uma câmera num lugar que tem internet, Jeison diz que tem que ter alguém respondendo, tem que ter a qualidade dessa reunião, qualidade de áudio, tem que fazer esse áudio chegar, que fazer uma reunião on-line não é só ligar um computador, Débora pergunta se a prefeitura não tem, Vanessa diz que não descentraliza, que pode tentar fazer aqui, que pode fazer no teatro, Jeison diz que de novo terá que estar lá, que não pode se disponibilizar sete dias por semana para estar na reunião, que presencial não poderá estar em todas, que no on-line se compromete a estar em todas, Débora pergunta se não seria segunda e quinta, Jeison diz que mesmo dois dias teria que vir sete vezes, Vanessa diz que é o que foi usado da outra vez, que tem que ver se vai dar tempo de fazer somente em segunda e quinta agora, que da outra vez foi corrido, mas a reunião foi no mês sete e já estamos no mês oito, Ana Luiza diz que se puder fazer hibrido poderia usar alguns espaços como Cras, Vanessa diz que não sabe se tem audiovisual e internet nesses lugares, que geralmente não tem, Ana Lucia diz que a Aldir Blanc foi mais ampla, que parte do recurso da Paulo Gustavo é audiovisual, que é uma cadeira que precisa ser pensada com mais foco dessa vez, porque a maior parte dos recursos é dela, mas que acha que nos editais, o que foi discutido na Aldir Blanc pode servir para startarem uma discussão nesses fóruns, que ali já foram discutidos alguns valores e algumas demandas, que podem entender na discussão agora o que não funcionou muito bem, o que precisa ser mudado, que tem ali uma referência, Vanessa disse que teve bastante reclamação de gente que não foi contemplado, Débora diz que viu pessoas que estavam procurando formas de outras áreas serem contempladas no áudio visual, Vanessa diz que vai ser cumprido a lei, , Jeison diz que a gravação de um clip de música tem o trabalho audiovisual, que cada segmento precisa entender o seu, que não tem como dar uma fórmula, que por exemplo, fez no começo do ano um trabalho sobre Fernando Pessoa, de literatura, totalmente audiovisual, que foi gravado declamando as poesias do Fernando Pessoa, que cada segmento precisa entender e compartilhar as suas experiências, mas tudo tem uma forma de se encaixar no audiovisual desde que muito bem feito também, que não é porque a verba está vindo no audiovisual que pode jogar qualquer coisa lá, que tem uma galera que trabalha com isso e é preciso respeitar esse segmento, que não pode enfiar tudo o que puder no audiovisual, Vanessa diz que vai saber tudo isso na hora que abrir os fóruns, Jeison diz que a reunião está acabando, que é preciso discutir, que as ideias podem vir pelo grupo, que em algum momento vai ser preciso afinar a discussão pelo grupo, que não tem tempo até a próxima reunião, que as reuniões extraordinárias têm acontecido de uma forma que não está agradando todo mundo, se for necessário que marque uma extraordinária pelo grupo, Vanessa diz para decidir se será presencial, hibrido ou on-line, para sair com uma decisão, Jeison diz para até dia vinte e cinco enviarem todas as ideias para definir como serão feitos

os fóruns, pergunta se está bem para todo mundo, independentemente de ser presencial, on-line ou hibrido, Ana Luiza sugere criar um calendário, para saber até que data pode fazer os fóruns, uma data limite, e tentar se organizar, Jeison diz que tem o lançamento de edital, quarenta e cinco dias de edital, tempo de avaliador, que acredita que o tempo limite já estourou, que o tempo limite era começo agosto, Vanessa diz que a lei passou pelo senado, que foi publicada pelo presidente, mas ainda não saiu o regulamento dela, de como trabalhar com ela, que ele tem até noventa dias para fazer isso, que da outra vez foi a mesma coisa, que todos falaram que Bragança fez certo porque foi antecipado, que chegou o dinheiro e tinha a orientação de empenhar o até dia 28 de dezembro ou teria que devolver, que quase todas as cidades devolveram, que depois houve uma prorrogação, que em janeiro prorrogaram, mas foi por motivo de antecipação da cidade, que agora estamos no mesmo momento, que se ficar aguardando o governo federal publicar as normativas vai se cair no erro que outras cidade tiveram, Jeison diz que poderia até dia vinte e cinco mandar sugestões inclusive de calendário, mas com o encerramento máximo em setembro, que devemos pensar que tem o mês de setembro para que os fóruns aconteçam, Jeison pergunta quem é a favor de que os fóruns aconteçam de forma presencial, que levante a mão, em seguida pergunta quem é a favor da forma hibrida, que levante a mão, em seguida pergunta quem é a favor da forma on-line, que levante a mão, após votação informa que as reuniões acontecerão no formato on-line, pede que o conselho comece a pensar nas territoriais, que elas acontecem de forma presencial no território e pensar quais são os territórios para conseguir distribuir esses territórios, Ana Luiza pergunta se é para fazer além dessas, Jeison diz que a cada dois anos o conselho tem que fazer os fóruns setoriais e fóruns territoriais, que eles nunca aconteceram e não tem a ver com a lei, Ana Luiza pergunta se ele está falando isso por causa das pré-conferências municipais, Jeison diz que existe uma outra coisa que são os fóruns setoriais e territoriais que é o que o conselho tem que fazer a cada dois anos, que nos setoriais aproveitou a Aldir Blanc e fez e vai aproveitar a Paulo Gustavo e fazer de novo, que os territoriais nunca aconteceram, que é um meio de começar a pensar, Ana Luiza pergunta se será virtual e a audiência pública presencial, Jeison diz que será tudo on-line, mas pode pensar nisso e pede que tragam propostas. Nada mais havendo a tratar, às vinte horas e trinta e três minutos o Presidente deu por encerrada a reunião, tendo sido lavrada por mim, André Luís Azzi, a presente ata, a qual após aprovada será devidamente assinada por pela presidência e por mim, sendo anexada a lista de presença da reunião.

Jeison de Lima Domingues

André Luis Azzi